

“A Questão de São Cristóvão”: os missionários franciscanos da Saxônia e a reforma devocional católica em Sergipe (1895-1920)¹

*“The Question of Saint Christopher”: the Franciscan
missionaries of Saxony and Catholic
devotional reform in Sergipe (1895-1920)*

Magno Francisco de Jesus Santos*

Resumo

Esse artigo tem como foco a discussão acerca da atuação dos frades franciscanos da Saxônia na freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão, Sergipe, no período entre 1895 e 1920. Temos o propósito de discutir a compreensão de uma proposta civilizadora dos frades estrangeiros em relação à romaria do Senhor dos Passos no intuito de empreender a reforma devocional católica em Sergipe.

Palavras-chave

Missão franciscana. Reforma devocional católica. Sergipe.

Abstract:

This article focuses on the discussion about the work of the Franciscan friars of Saxony in the parish of Nossa Senhora da Vitória, São Cristóvão, Sergipe, in the period between 1895 and 1920. We intend to discuss the understanding of a civilizing propo-

¹ Esse artigo é parte da tese, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Fluminense, com o título “O Prefácio dos tempos: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX)”.

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense e experiência nas áreas de Ensino de História, Patrimônio Cultural e romarias populares. Publicou *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos* (2012), *Caminhos da penitência: a solenidade do Senhor dos Passos em São Cristóvão* (2015), *A peregrinação à Divina Pastora* (2015), *História das romarias em Sergipe* (2016), entre outros.

Keywords

Franciscan mission. Catholic devotional reform. Sergipe.

O início do período republicano foi permeado pela emergência de inúmeros conflitos religiosos envolvendo o clero e os leigos. Em grande parte, tais querelas tinham como lastro a disputa acerca dos bens religiosos e a gestão dos santuários de devoção popular. Com a extinção do padroado régio² e, conseqüentemente, o fim do custeio das atividades religiosas pelo Estado brasileiro, nos idos de 1890, o clero brasileiro passou a promover ações voltadas para o reordenamento das devoções, com a solicitação de entrada de religiosos estrangeiros para reabrir os antigos conventos e promover a administração dos santuários.

Essas ações podem ser entendidas como estratégias de bispos brasileiros em promover mudanças no catolicismo no país, principalmente no âmbito das devoções das camadas populares. Tais mudanças podem ser entendidas como um processo de reforma devocional católica, no qual elucida diferentes fases e propostas entre a segunda metade do século XIX e os primeiros decênios do século XX, no qual são evidenciadas as preocupações do clero brasileiro em promover uma modernização das práticas devocionais e as estratégias dos leigos e das camadas populares em manter as devoções, os santuários populares e as associações religiosas de leigos. Por esse ângulo, a reforma devocional é vista como uma seara permeada de conflitos entre os mais variados atores sociais envolvidos na trama. Membros da cúria, de ordens religiosas estrangeiras, de irmandades, assim como políticos, intelectuais e populares encontravam-se envolvidos de alguma forma nas tensões acerca da modernização do catolicismo e da superação do atraso nacional.

Neste artigo, temos como foco a atuação dos frades franciscanos da Saxônia no âmbito da Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão, primeira capital de Sergipe e santuário da maior romaria do estado, devotada à imagem do Senhor dos Passos. A atuação dos religiosos alemães foi permeada por conflitos, emergidos ainda no final do século XIX envolvendo o clero carmelita e os irmãos leigos. Com a presença dos frades da Saxônia, a situação tornou-se ainda mais delicada, pois os religiosos, imbuídos de um olhar missionário, entendiam as práticas devocionais como resquícios do paganismo e que deveriam ser extirpadas.

² De acordo com o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, ficou determinado o fim do padroado régio e estabeleceu a liberdade religiosa no Brasil. BRASIL. Decreto *119-A de 7 de janeiro de 1890*. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 31 out. 2014.

No caso de São Cristóvão, os conflitos entre religiosos e leigos se tornam mais explícitos no último decênio do século XIX e envolveram o patrimônio religioso da Ordem do Carmo em Sergipe. Os frades carmelitas tinham deixado a província ainda na década de 1860 e as propriedades de São Cristóvão e do povoado Palmares passaram a ser geridas por antigos devotos de Nossa Senhora do Carmo, irmãos terceiros e ex-escravos das antigas propriedades. Os religiosos do Convento do Carmo da Bahia passaram a realizar escassas visitas no intuito de manter a administração dos bens e, porventura, celebrar a profissão de novos irmãos para a Ordem Terceira do Carmo. Contudo, nos idos de 1895, a visitação do frade carmelitano resultou em grande confusão nas ruas de São Cristóvão. Nas palavras de Serafim Santiago:

Peço licença ao leitor para narrar um ato criminoso que tencionava cometer em São Cristóvão, em 1895, julgo eu; um frade Carmelita que ali esteve no referido ano. À procura do resto do cabedal da Igreja e Convento do Carmo, apareceu no referido ano, um frade Carmelita de nome Inocêncio, que assim procedeu: Vindo da Bahia a pretexto de visitar a Igreja e antigo Convento, ali existentes, e há longos anos em completo abandono por eles, Religiosos carmelitas, ao penetrar no Convento, não demorou, foi logo orar na Igreja. Algumas pessoas vizinhas, logo após a chegada do frade, foram à Igreja e cumprimentaram-no, então chegado. Este, encarando as sagradas Imagens, indagava das pessoas presentes, se sabiam das alfaias de Ouro e prata pertencentes às Imagens por ele examinadas, e que, naquela ocasião as encontrava sem seus ornatos. Indagou também das mesmas pessoas, pelas terras existentes nas praias ao sul da Cidade, e se os praianos continuavam a pagar os foros, e à quem, ali em São Cristóvão.³

De acordo com as memórias do pensador da história cristovense, a recepção do frade carmelita na cidade tinha ocorrido com desconfiança por parte dos leigos, principalmente em decorrência dos assuntos tratados nas conversas iniciais. Naquele momento, a Ordem Terceira do Carmo possuía poucos irmãos professos, mas o religioso não se dispôs a ordenar novos terceiros, tratando exclusivamente dos assuntos financeiros e das propriedades carmelitanas em Sergipe. Ainda de acordo com Santiago, após a conversa com os moradores dos arredores do Carmo, frei Inocêncio deslocou-se para as praias ao sul da cidade, onde “ele entendeu-se com os moradores das sobreditas terras, obtendo de alguns deles (os mais atoleimados), até pagamentos atrasados, isto por meio de palavras de hipocrisia, trazendo certa quantia arrecadada dos pobres matutos”.⁴

³ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 252-253. Originalmente publicado em [1920].

⁴ *Ibidem*, p. 253.

A situação de exploração tornou-se mais explícita na viagem realizada à fazenda Palmares, nos arrabaldes da vila do Riachão, interior de Sergipe. Nessa viagem frei Inocêncio foi acompanhado por Ladislau Botelho, cidadão cristovense que se tornaria testemunha de um dos atos de apropriação dos bens religiosos dos carmelitas em Sergipe. Na Igreja Nossa Senhora do Carmo do antigo convento de Palmares se deu o episódio:

Logo que dali chegou, tratou de procurar um homem para lhe servir de pajem, e seguiu em companhia do cristovense – Ladislau Botelho até a antiga fazenda dos Palmares, pertencentes ao Convento do Carmo de São Cristóvão. Neste lugar, foi ele recebido com muita amabilidade e reverência pelos pretos velhos, ex-escravos do referido Convento. Estando na Capela de Nossa Senhora do Carmo para Orar, viu que a Imagem estava adornada com uma rica coroa de finíssima e antiga prata; ele sem o menor escrúpulo, subiu no altar-mor e lançou mão da coroa da Virgem do Carmo, sendo logo interrogado por um dos pretos velhos, ex-escravo da casa e guarda zelador daqueles antigos bens. O preto, compungido, disse: “Ioy Pade, puz que tira esse coroa de Nossa Mãe? Ele que tá tão bunitinha cum ele na cabeça?” Respondeu ele: “Vou preparar uma de papelão e dourar, que virá substituir esta que vou levar para o Convento da Bahia por ordem superior, mesmo porque a Imagem aqui no mato não tem necessidade de uma coroa de metal tão bom”. Este criminoso acontecimento foi historiado, segundo constou, pelo homem que serviu de pajem – Ladislau Botelho.⁵ (Grifos originais)

A narrativa de Serafim Santiago, permeada de discursos sobrepostos, revela alguns elementos relevantes acerca das tensões do catolicismo em Sergipe nos primeiros anos republicanos. Primeiro, o fato das antigas propriedades carmelitanas no estado estarem sob o comando de segmentos populares, fossem das elites da antiga capital, fossem os por ele chamado “pretos velhos, ex-escravos” das fazendas do interior sergipano. Os leigos controlavam os bens religiosos e mantinham as tradições de cultos devocionais, por meio de festas, novenas e procissões. A presença dos ditos “homens pretos, ex-escravizados” pelos frades no comando das propriedades e das devoções revelam frestas do catolicismo em Sergipe no pós-abolição ainda ignoradas na historiografia sergipana e necessitam ser foco de outros estudos. Possivelmente, após o abandono do Convento do Carmo de Palmares pelos frades, a propriedade teria permanecido sob a guarda dos antigos escravizados que ali viviam. Essa hipótese se torna mais verossímil ao observar o termo utilizado por Serafim Santiago para designar o “preto velho” como “guarda zelador da casa”. A desarticulação das ordens religiosas em Sergipe poderia ter promovido à ascensão de segmentos marginalizados na condução dos rituais.

⁵ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 253. Originalmente publicado em [1920].

A querela de 1895 não se limitou à fazenda dos Palmares. Ao retornar a São Cristóvão, frei Inocêncio retirou todas as alfaias⁶ de prata do Convento do Carmo e guardou em um baú na casa paroquial, sob a guarda do vigário Constantino Campos.⁷ O acordo dos religiosos tinha como intuito enviar, na madrugada, o referido baú para a cidade de Aracaju, de onde o mesmo seria transportado para Salvador. A notícia do rapto dos bens propagou-se entre a população de São Cristóvão. Para Serafim Santiago, “o mencionado baú foi guardado no sobrado do sobredito vigário Constantino, que não teve a lealdade de prevenir a seus paroquianos o ocorrido”.⁸ O novo vigário passava a ser visto como vilão, traidor da confiança dos cristovenses. Alguns irmãos terceiros do Carmo, como o coronel José Joaquim Pereira e o tenente Manoel Messias Alves Pereira, além do capitão Emydio, souberam do acordo entre seu vigário e o frade carmelita e cercaram a casa paroquial no intuito de tomar posse das alfaias escondidas. O desfecho do conflito foi marcado pela vitória dos moradores da cidade, exitosos na luta pela permanência das alfaias:

O frade temendo as ameaças do Capitão Emydio e dos calorosos apertes do povo, entregou as chaves, e o Vigário, por ordem dele, o desejado baú. O povo vitorioso, e de posse do Cabelal de N. S. do Carmo, foi logo abrir o referido baú na sacristia da Ordem 3^a do Carmo, em presença dos Irmãos terceiros: Capitão José Joaquim Pereira, Tenente Manoel Messias Alves Pereira; e serviram de testemunhas no ato de ser lavrado o termo de inventário, os Senhores: Tenente Euzébio José de Carvalho, Capitão José Reynaldo de S. Lima, Capitão Deusdedit Pires de França, Francisco Procópio dos Reis, Horário Pio Monteiro e muitos outros.⁹

Os últimos anos nos quais a Paróquia Nossa Senhora da Vitória esteve sob o comando do clero secular foram marcados por conflitos e desconfianças entre religiosos e paroquianos. Com o fechamento dos conventos, ocorrido ao longo da segunda metade do século XIX, os leigos terceiros passaram a exercer um maior controle sobre as propriedades pertencentes às antigas ordens e o clero paroquial passou a ter maiores dificuldades para legitimar-se como líder religioso da localidade. As devoções das irmandades passaram a ser alvo das críticas, assim como a conduta moral dos irmãos associados. Partindo dessas querelas,

⁶ Era o termo designado para o patrimônio religioso de um templo, ou, como é apresentado no âmbito historiográfico, são as joias de um templo ou freguesia.

⁷ Atuou como vigário de São Cristóvão entre 1886 e 1896.

⁸ SANTIAGO, op. cit., p. 254.

⁹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 254. Originalmente publicado em [1920].

tecidas no descerrar do século XIX, é possível imaginar a relevância da eclosão do regime republicano no acirramento dos embates entre leigos e religiosos no comando dos templos e do patrimônio religioso, denominado de alfaias. A liberdade religiosa, emergida com o Estado laico, a partir do fim do padroado régio, possibilitou uma atuação mais contundente do clero sergipano na busca pela retomada do controle das devoções, dos santuários e das práticas devocionais. Sem a intervenção do Estado e das elites políticas, os religiosos passaram a usufruir mais espaço para impor o controle sobre o âmbito católico. Nesse caso, os religiosos do Carmo buscaram fundamentar-se no decreto 119-A de 1890, para apropriar-se dos bens de suas antigas igrejas. De acordo com o documento:

Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação,

DECRETA:

Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continua a prover à cônica, sustentação dos atuais serventuários do culto católico e subvencionará por ano as cadeiras dos seminários; ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisório, 7 de janeiro de 1890, 2º da Republica.

Manoel Deodoro da Fonseca.

Aristides da Silveira Lobo. Ruy Barbosa.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães.
Eduardo Wandenkolk. – M. Ferraz de Campos Salles.
Demetrio Nunes Ribeiro.
Q. Bocayuva.¹⁰

Desse modo, com a eclosão do regime republicano e proibição das intervenções do Estado nos assuntos religiosos, o clero católico passou a exercer maior controle sobre as ações da Igreja, com a impregnação de novos modelos de devoção e os leigos integrantes das irmandades, em contrapartida, quedaram-se alijados dos benefícios e do apoio dos tentáculos do estado imperial. Com o fim da tutela imperial, a Igreja Católica no Brasil buscou aproximar-se do Vaticano e tornou possível o aumento da intensidade reformista, especialmente com a entrada no país de religiosos estrangeiros para reabrir os antigos conventos e administrar os maiores centros de romarias. Os leigos, até então gestores das devoções populares, paulatinamente perdiam espaço para o clero.

Em 1897, dois anos após o incidente da visitação do frade carmelita, São Cristóvão recebeu outro religioso proveniente de Salvador. Dessa vez era o arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé, em uma visita pastoral à paróquia mais antiga de Sergipe entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março.¹¹ Foi um grande evento na pequena cidade. O pároco, João Florêncio da Silva Cardoso, organizou inúmeras atividades para recepcionar a comitiva episcopal constituída pelo vigário Forâneo de Sergipe, Dr. João de Mattos Freire de Carvalho e os padres Vitorino Correia Fontes e Possidônio Pinheiro Rocha. Na visita pastoral foram realizadas missas, terços e celebração da Crisma. Uma das ações que mais despertaram a atenção foi a visitação feita pelo arcebispo da Bahia aos numerosos templos católicos de São Cristóvão, na qual averiguava sobre a possibilidade de uso ou adequação dos edifícios religiosos para novas finalidades.

É interessante perceber como se procedeu uma visita pastoral em Sergipe do arcebispo da Bahia em pleno fim de século, justamente no pós-proclamação da República e como consequência da separação entre o Estado e a Igreja. Essa breve passagem de Dom Jerônimo Thomé por São Cristóvão não ocorreu ao acaso, pois apresentou uma evidente preocupação em compreender a organização religiosa dos arredores de sua “Metrópole” e de reordenar as práticas devocionais e clericais do

¹⁰ BRASIL. Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 31 out. 2014.

¹¹ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 37.

seu arcebispo.¹² Além disso, serviu de estudo para a sua política de renovação do clero, com a análise acerca da possibilidade de convidar religiosos estrangeiros para atuarem na cidade.¹³ Não foi coincidência o fato do vigário João Florêncio da Silva Cardoso ter sido o último membro do clero secular a atuar como pároco em São Cristóvão. Prova disso, é que em 1903, apenas seis anos após a visita pastoral, o referido vigário cedia lugar aos religiosos franciscanos oriundos da Saxônia, Alemanha.

O combate ao catolicismo das camadas populares se tornou mais incisivo no início do século XX, com a eclosão de uma nova fase do processo de reforma devocional católica em Sergipe. Trata-se de um momento delicado, no qual muitas irmandades se encontravam em crise, com a redução do número de irmãos e com as elevadas dívidas. Além disso, as associações religiosas leigas de elite também eram constituídas por homens e mulheres pobres, sendo muitos deles pardos e negros.

No início do século XX, a Ordem Terceira do Carmo encontrava-se com um número reduzido de irmãos professos. Essa redução teve como causa central o fechamento do Convento do Carmo na segunda metade do século XIX, fato que impediu a entrada de novos membros da ordem terceira até o início da segunda década do século XX.¹⁴ A situação complicou-se com a morte dos antigos senhores de engenho da região do Vaza Barris. Entre os terceiros carmelitas encontravam-se raros filhos e netos de proprietários de engenhos. A maior parte dos antigos senhores de engenhos já não mais compunha a associação elitista. A proclamação da República, com a consequente separação entre Igreja e Estado, repercutiu no afastamento dos homens e mulheres das antigas associações de leigos. Senhores de engenho entusiastas da romaria do Senhor dos Passos, como o Barão da Estância, já tinham falecido entre o final do século XIX e início do XX.¹⁵ Muitos dos descendentes dessas

¹² Não é coincidência o fato do primeiro livro de tomo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória ter começado a ser escrito em 1897, por ocasião da visita pastoral de Dom Jerônimo Thomé.

¹³ A presença de religiosos estrangeiros no Brasil foi recorrente ao longo da Primeira República. Todavia, essa presença não ocorreu de forma sistemática, mas sim, prevaleceu em cidades e templos nos quais havia importantes manifestações devocionais com apelo popular e que estavam sob a custódia de irmandades leigas. São exemplos disso a chegada dos redentoristas (Santuários do Divino Pai Eterno em Trindade e de Aparecida), franciscanos, (santuários do Senhor dos Passos de São Cristóvão, Bom Jesus dos Navegantes de Penedo, Santo Cristo do Ipojuca e São Francisco das Chagas em Canindé) e os barnabitas (Santuário de Nossa Senhora de Nazaré em Belém).

¹⁴ A entrada de irmãos professos nas ordens terceiras estava condicionada à celebração realizada pelos frades da ordem. Nesse sentido, o fechamento do Convento do Carmo e a consequente saída dos carmelitas de Sergipe levaria a Ordem Terceira do Carmo a extinção.

¹⁵ O Barão da Estância faleceu em São Cristóvão no dia 5 de abril de 1904. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus Santos. Os últimos passos de uma devoção: indícios da

lideranças políticas não integravam as irmandades e passaram a ter uma participação na romaria dos Passos como espectadores, acompanhando a procissão das sacadas dos antigos sobrados. As raras exceções eram os políticos residentes na cidade de São Cristóvão, como os membros da família de Elias de Oliveira e do coronel Pereira Lobo.¹⁶

Provavelmente, o limiar entre os séculos XIX e XX, tenha sido também a ocasião na qual se redefiniu as fronteiras das práticas devocionais de ricos e pobres em Sergipe.¹⁷ A devoção ao Senhor dos Passos continuava compartilhada, mas a forma de expressar a devoção passava a ser cada vez mais diferenciada. As elites econômica, política e intelectual, deixavam de ter o monopólio do transporte das charolas e tornavam-se espectadoras contidas, plateia de um grande auditório. Em contrapartida, os pobres permaneciam com suas práticas de sacrifícios públicos, reinventavam novas formas de pagar promessas e ainda disputavam acirradamente o direito de transportar as charolas do Senhor dos Passos e da Virgem da Soledade.

Nesse sentido, a partir dessa redefinição dos lugares sociais no seio da romaria do Senhor dos Passos, percebe-se uma série de reinvenções das práticas devocionais, tanto entre as elites, quanto entre os pobres. O catolicismo das camadas populares na romaria dos Passos promoveu uma

religiosidade de um nobre sergipano oitocentista. *Revista Historien*, ano 1, n. 2. Petrolina, 2010. Disponível em: <http://revistahistorien.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html>. Acesso em: 07 out. 2014.

¹⁶ José Joaquim Pereira Lobo, nasceu em São Cristóvão, no dia 23 de dezembro de 1864 e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 24 de fevereiro de 1933. Foi presidente do estado de Sergipe no período de 1918 a 1922. Além disso, também exerceu o mandato de senador pelo mesmo estado de 1914 a 1918 e de 1923 a 1930, além de ter sido deputado estadual em 1893 e vice-presidente do estado entre 1896 a 1898. O seu pai, Joaquim José Pereira era um dos mais importantes membros da Ordem Terceira do Carmo no início do século XX e estava inserido no grupo dos organizadores da romaria do Senhor dos Passos. Ele foi o responsável pelas alfaias do Convento do Carmo até os idos de 1920. Cf. CONVENTO DO CARMO DE SÃO CRISTÓVÃO. *Ata de reunião da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo de São Cristóvão*. São Cristóvão, 2 de março de 1913; GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925; DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República, (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004; SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009. p. 254. Originalmente publicado em [1920].

¹⁷ Ao contrário do que é elucidado em muitos estudos sobre as reformas católicas ao longo do século XIX no Brasil, na cidade de São Cristóvão, a chegada dos religiosos italianos capuchinhos não promoveu um avanço nos ideais reformistas, mas sim o reforço das práticas penitenciais já exercidas pela população. Sobre essa questão podem ser consultados: SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Carregando as pedras do pecado": a reforma católica devocional no Sergipe oitocentista. *Saeculum: Revista de História*. v. 33, 2015, p. 201-224; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "O Prefácio dos Tempos": caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

releitura das solenidades penitenciais do século XIX e reinseriu novos elementos como as mortalhas roxas e o passar por baixo das charolas. Com isso, tais práticas culturais são reinvenções, releituras culturais e não podem ser vistas como “sobrevivências” das manifestações de outros tempos ou reapropriações de outros segmentos sociais.¹⁸ As camadas populares não se apropriavam de sobras das elites, mas reavivavam suas práticas a partir das novas demandas e como ato de resistência.

No processo de reforma devocional católica, em Sergipe, destacaram-se os conflitos entre os herdeiros do catolicismo leigo de irmandades e os frades franciscanos de origem alemã. Como já foi explicitado, a partir de 1903, a Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão passou a ser regida pela Ordem de São Francisco,¹⁹ restaurada a partir do empenho de religiosos da província franciscana da Saxônia. Esses religiosos alemães empreenderam ações voltadas para a reforma devocional na vigaria geral de Sergipe e dariam início a um longo processo de conflitos e tensões com os herdeiros do catolicismo devocional leigo. De acordo com José Oscar Beozzo, o alvorecer do regime republicano “foram anos cruciais para a vida religiosa no Brasil onde, praticamente, uma tradição de vida religiosa se extinguiu e outra nascia com novo vigor”.²⁰ Em Sergipe, isso correu por meio da missão civilizadora dos alemães.

Essa nova tradição de vida religiosa, em Sergipe nascida no alvorecer do século XX, foi marcada por fortes conflitos com os leigos integrantes das irmandades, especialmente constituídas por homens e mulheres negros e pardos. O pensador da história Serafim Santiago, ao elogiar a restauração da ordem franciscana em Sergipe a partir da atuação de Frei Peregrino, registrou os desafetos construídos entre os franciscanos e a população cristovense. De acordo com Santiago:

Chegado infelizmente o tempo, (três anos), foi mudado o bom e benfazejo sacerdote, o insigne Guardião e Vigário da Freguesia, que, durante aquele curto espaço de tempo, deixou saudades a muitos cristovenses, isto é, aos reconhecidos do grande melhoramento por ele feito no convento de nossa

¹⁸ Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Prece e folia: festa e romaria*. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2010; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980; FERNANDES, Rubem César. *Os cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁹ Os franciscanos assumiram a Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão no dia 15 de abril de 1903. Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 38.

²⁰ BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, Riolando. *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 85.

terra. Infelizmente foi este bom religioso, substituído por um seu Irmão e companheiro de hábito, cujo nome não me lembro neste momento. Este, pouco tempo ali serviu, sendo logo substituído pelo frei Anicleto, que logo assumiu o lugar de Guardião e Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória.²¹

Percebe-se como no alvorecer do século XX, as relações entre o clero alemão e a população de São Cristóvão eram marcadas pelo trânsito entre situações extremas. Passavam pelo entusiasmo, deslumbre e auxílio mútuo; às críticas, desconfiças e silenciamentos. O frade restaurador, frei Peregrino,²² é lembrado e enaltecido como o construtor, o bom pastor que dialogava com a população e restaurava os velhos templos. O seu substituto foi silenciado.²³ O nome foi esquecido e nota-se a ausência de empenho em lembrá-lo. O clero foi classificado pelo intelectual entre o “bom religioso” e seus substitutos. O período delineado entre os tempos de esperança e os tempos sombrios de perseguições, traições e ciladas. Para Santiago:

Acerca de dois anos de bons serviços prestados à pobreza sofredora, este religioso Franciscano, foi aos poucos mostrando as unhas encobertas. Muito ambicioso, quando revestido do cargo de Vigário de São Cristóvão, astucioso e sagaz, oficiou ao Reverendo Arcebispo da Bahia – D. Jerônimo Thomé, pedindo a extinção de todas as confrarias ali existentes, afirmando acharem-se todas em completa desordem.²⁴

A partir do discurso respaldado pela construção da “ordem”, o frade franciscano solicitou a extinção das irmandades existentes em Sergipe. Esse argumento evocava para alguns elementos presentes na constituição do discurso dominante no início do século XX, no qual a ordem social seria um dos pilares para a edificação do progresso, da modernidade e da civilização. Políticos sergipanos elucidavam a necessidade de superar o passado monárquico e atrasado do país, por meio da construção de uma nova ordem, respaldada pela difusão do conhecimento e negação das superstições. A cultura política construída e

²¹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009. p. 256. Originalmente publicado em [1920].

²² Frei Peregrino Hillenbrand atuou como guardião do Convento São Francisco e vigário da Paróquia Nossa Senhora da Vitória entre 1903 e 1904. Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 50.

²³ Frei Niceto Oberborbeck ocupou os cargos de guardião franciscano e vigário de São Cristóvão entre 1904 e 1907. Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 50.

²⁴ SANTIAGO, op. cit., p. 256.

difundida pelos governantes e intelectuais sergipanos, no início do século XX, estava atrelada ao esforço em tornar evidente uma ruptura discursiva entre os tempos do império e da república. De acordo com Terezinha Alves de Oliva, “acreditava que o progresso e a conquista da liberdade eram metas da História”.²⁵

A liberdade religiosa, atrelada à experiência social marcada pelo tom de transformação social, sinalizava para ações mais coercitivas em relação às instituições representativas das tradições leigas. Na visão dos homens de letras, o Brasil precisava adiantar sua marcha civilizatória para compensar o longo século de atraso. Segundo José Murilo de Carvalho, tratava-se de um momento no qual os intelectuais influenciados pelo republicanismo positivista defendiam a ideia de que:

A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual.²⁶

De acordo com a documentação produzida na Paróquia Nossa Senhora da Vitória, como os livros de tombo e ofícios, em consonância com as memórias de Serafim Santiago, pode-se afirmar que a atuação dos frades franciscanos alemães em São Cristóvão apresentou ações voltadas para a redefinição do campo devocional na localidade. Buscou promover a extinção das antigas irmandades, criar novas associações religiosas para congregar as mulheres, fundar instituições de caridade para crianças pobres e abrir escolas para a educação de filhos da elite. Tudo isso revelava estratégias em propagar um novo modelo devocional, assim como o estabelecimento de uma nova ordem social e religiosa, na qual o clero passava a exercer o comando das “coisas religiosas”.

Ainda é preciso ressaltar o fato da solicitação do frade franciscano em extinguir as irmandades da vigaria geral de Sergipe ser condizente com a política religiosa reformista empreendida na Arquidiocese da Bahia.²⁷ O pedido atendia aos interesses do arcebispado baiano e com

²⁵ OLIVA, Terezinha Alves de. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. 2ª ed. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão-SE: UFS, 2014. p. 118. Originalmente publicado em [1985].

²⁶ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 42. Originalmente publicado em [1990].

²⁷ Apesar de existir diretrizes oriundas do Vaticano acerca da questão, neste estudo considero o protagonismo dos sujeitos locais, pois nem todas as dioceses do mundo compartilharam das práticas reformistas. Um exemplo disso é a Igreja Católica na Espanha e em alguns países da América hispânica. Por esse motivo a questão de São Cristóvão não foi discutida, pautada nos conceitos de romanização ou de ultramontanismo, nos quais os estudos

isso, a resposta ao ofício não tardou. No dia 8 de fevereiro de 1907, o arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé, enviou o ofício para frei Niceto Oberborbeck,²⁸ no qual determinava que todas as irmandades e confrarias de São Cristóvão estavam extintas e que os bens integrantes das mesmas deveriam ser entregues ao administrador paroquial, ou seja, o próprio frade franciscano alemão.²⁹

Com a provisão arquidiocesana em mãos, frei Niceto procurou difundir a notícia da extinção de todas as associações de leigos da antiga capital sergipana. O seu primeiro ato transcorreu na missa dominical, com o anúncio no transcorrer da homilia. De acordo com Serafim Santiago,

O Revm. Arcebispo da Bahia respondeu-lhe nos termos seguintes: “A seu pedido, ficam extintas as confrarias ou irmandades existentes na Freguesia de Nossa Senhora da Victória em São Cristóvão”. O tal frei Aniceto, apoderado do referido documento, foi ao púlpito em um Domingo, e leu para fazer ciente ao pacato povo cristovense o conteúdo do gracioso ofício ou pastoral ou o que outro melhor nome se dê.³⁰

De acordo com Santiago, após o anúncio oficial na missa dominical, frei Niceto passou a peregrinar entre as igrejas de São Cristóvão, no intuito de anunciar a determinação de Dom Jerônimo e de receber as alfaías das irmandades. O primeiro templo a ser visitado foi a Igreja da Santa Casa de Misericórdia no dia 12 de abril de 1907. O então tesoureiro da irmandade, o capitão Elias de Oliveira, atendeu ao documento do arcebispo “passando às mãos de frei Niceto a administração da Santa Casa e entregando-lhe todas as alfaías na presença das testemunhas José Leandro de Vasconcelos e Horácio Pio Monteiro”.³¹

O fato de os irmãos da Santa Casa de Misericórdia não terem expressado reação alguma ao ato de destituição de sua irmandade é

tendem a silenciar as intenções dos sujeitos locais em detrimento de diretrizes pensadas em outro continente.

²⁸ No Almanaque administrativo de 1907 frei Niceto Oberborbeck aparece como guardião do Convento São Francisco da cidade de São Cristóvão e membro da Câmara Eclesiástica da Arquidiocese de Salvador. Cf. ARQUIDIOCESE DA BAHIA. *Almanack administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. B 66, 1907, p. 135.

²⁹ Cf. SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009. p. 257. Originalmente publicado em [1920]; BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória*: 400 anos de história, fé e evangelização. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

³⁰ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009. p. 256. Originalmente publicado em [1920].

³¹ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória*: 400 anos de história, fé e evangelização. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 38.

compreensível, pois como já foi visto anteriormente, a referida associação de leigos, desde a segunda metade do século XIX, vinha apresentando dificuldades em cumprir com suas obrigações, inclusive as financeiras. É pertinente pensar que o fechamento da instituição realizada pelo frade franciscano apenas selou um desfecho que era inevitável. A partir daquele momento as alaias e o prédio grandioso na Praça São Francisco seria administrado pelos frades menores e se tornaria um ponto estratégico no processo de reforma devocional.

No tocante às demais irmandades da cidade, a intervenção do vigário foi bem mais delicada e tensa. Segundo a descrição de Serafim Santiago, nas irmandades de homens pardos e negros, a recepção ao frei Niceto foi marcada por uma forte resistência por parte de alguns irmãos, desejosos de evitarem a extinção de suas respectivas associações e dispersão das alaias. O conflito entre leigos e religiosos eclodiu publicamente, no dia 21 de abril de 1907, quando os membros da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos se reuniram em sua igreja e decidiram por “recusar a obedecer a determinação do Arcebispo, dizendo que a Irmandade e a mesa diretora eram soberanas, que elas nada tinham a ver com o Arcebispo”.³² De acordo com Serafim Santiago, o ato visto como “outras ciladas pelos frades franciscanos” teria ocorrido da seguinte forma:

No dia por ele apazado, para ir a Igreja do Rosário, (por onde começou a cilada), já estando prevenido o Irmão Zelador – Satyro Daniel, e presente um certo número de moças e velhos-filhos de São Cristóvão, foram apresentadas em mesa pelo referido zelador, todas as alaias pertencentes à Igreja do Rosário. O frade sagaz, quando pensava já estar de posse do mencionado cabedal, ouviu do cidadão – Eliseu Carmello, que, na qualidade de Cristovense, não foi possível conservar-se silencioso diante de uma premeditada cilada, a ciência da resolução tomada pelos seus patrícios ali presentes, não consentindo a retirada das alaias, ouvindo ao mesmo tempo a vozeria de todos os Irmãos e dos demais Senhores ali presentes as seguintes e muito fortes palavras: “O Reverendo já viu o cabedal de Nossa Senhora do Rosário?! Pois fique ciente que estas alaias não sairão deste velho Templo, pois para isto estamos como verdadeiras sentinelas, guardando esta projetada cilada”. Neste momento de verdadeiro desengano, o frade corou e empalideceu alternativamente. Em ato contínuo, tratou ele de fazer algumas ponderações que mais indignaram as pessoas presentes, isto é, aos homens. Retirou-se o frade contrariadíssimo para o Convento acompanhado somente de algumas fracas e idiotas mulheres.³³

³² Cf. BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008. p. 38; PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de tombo da freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. n. 1. São Cristóvão, 1907.

³³ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 256-257. Originalmente publicado em [1920].

A extinção das irmandades de São Cristóvão estava inserida no processo de reforma devocional católica com a progressiva substituição das associações de leigos, responsáveis pelo culto e festa de seus oragos, por novas congregações dirigidas pelo clero, como o Apostolado da Oração e a Legião de Maria, criadas na cidade no mesmo período, de acordo com as informações no livro de tomo.³⁴ Esse talvez tenha sido o motivo do tom predominantemente jocoso da descrição realizada por Santiago ao se referir a dicotomia entre os homens e as mulheres. Em sua concepção, os homens eram os ofendidos, indignados, vítimas da cilada franciscana, enquanto as mulheres eram fracas e idiotas, seguidoras do frade enganador, sagaz e ganancioso. Esses adjetivos antagônicos de gênero revelam a percepção do autor acerca da confluência dos tempos. A substituição dos tempos de irmandade pelos tempos de apostolado representava o progressivo afastamento dos homens do campo religioso e o ingresso das mulheres nas novas associações devocionais, tidas como subjugadas ao olhar diligente do clero.

Também não pode ser negligenciada a presença de homens da elite local, como Eliseu Carmelo e Horácio Pio Monteiro. O primeiro, poeta e jornalista, manifestou-se contrário ao ato de entrega das alfaias da Irmandade do Rosário aos religiosos franciscanos, em nome da defesa do patrimônio religioso da cidade e das tradições. O segundo, importante comerciante e morador de um casarão entre a Rua Direita do Carmo e a Praça do Carmo, secretário da Irmandade Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, apoiou a ação do religioso, acompanhando-o nas visitas aos velhos templos. Se não houve unanimidade entre os religiosos na definição da conduta no processo de reforma devocional católica, também é notória a divisão da sociedade local acerca da reação ou apoio a tais ações.

A resistência dos irmãos do Rosário à intervenção do vigário foi noticiada ao arcebispo da Bahia. Com isso, no dia 23 de abril de 1907, Dom Jerônimo Thomé “suspendeu a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, por não cumprir seus deveres e mostrar-se rebelde as suas determinações, ratificando a provisão que dera ao vigário como administrador da igreja e do seu patrimônio”.³⁵ Contudo, os conflitos estavam apenas nos seus capítulos iniciais e se propagariam entre os irmãos de outras irmandades. Os impasses da reforma do catolicismo sergipano também se deram entre os irmãos da Igreja do Amparo dos Homens Pardos. Para Serafim Santiago:

³⁴ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de tomo da freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. n. 1. São Cristóvão, 1907.

³⁵ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

No dia seguinte, ou dois dias depois, já estando avisado para o mesmo fim, o muito digno ancião – Saturnino José de Amorim, Tesoureiro e Zelador da Confraria do Amparo, e chegada a hora aprazada, ali compareceu o Frei Aniceto acompanhado ainda de algumas mulheres, encontrando na referida Igreja, a sua espera, alguns Senhores que também faziam parte da referida Confraria. O velho Saturnino apresentou em mesa as alfaias, dando-se a mesma cena do dia anterior no Rosário, isto é, estando presente o Capitão – José Gonçalves Pereira na qualidade de Irmão da extinta confraria e visinho da Igreja do Amparo, levantou em tempo o seu justo protesto contra tão lastimável atentado. Retirou-se, pela segunda, o frade Franciscano, contrariadíssimo, para o Convento, sempre acompanhado com o mesmo número limitado de fracas e idiotas mulheres, talvez, quem sabe, agradecidas pelos bons serviços prestados por este sacerdote, logo nos dois primeiros anos, quando ele tornou-se digno imitador de São Francisco de Assis.³⁶

Serafim Santiago mostra-se como opositor aos frades franciscanos e defensor da manutenção das tradições religiosas de sua terra natal. Esse posicionamento é compreensível, principalmente, se for levado em consideração o fato dele ser membro da Irmandade Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos. Nesse caso, manter-se contra a resolução do arcebispado da Bahia significava resistir à desarticulação da associação leiga e das festas pomposas de outrora. Os seus confrades, especialmente os tesoureiros Saturnino José de Amorim e José Gonçalves Pereira, foram apresentados como “muito dignos” e “justos”, enquanto o franciscano era taxado de cometer “lastimável atentado”. Os episódios transcorridos nas igrejas do Rosário dos Homens Pretos e do Amparo dos Homens Pardos de São Cristóvão ganhou visibilidade entre os sergipanos e repercutiu na imprensa estadual. No *Correio de Aracaju*, do dia 2 de maio de 1907, foi publicada uma nota sobre a questão religiosa na primeira capital de Sergipe.

Em São Cristóvão

Tem havido graves desinteligências entre o povo e os frades franciscanos de São Cristóvão, pelo motivo destes só quererem a todo trausse apossar dos bens pertencentes as igrejas dali.

O povo protesta caloroso e revoltado contra este procedimento ileito da parte dos estrangeiros franciscanos.

Domingo, último, quase que parte da população pegava em armas, ante uma ofensiva e audaciosa prédica do Sr. Frei Niceto.³⁷

O texto publicado no jornal *Correio de Aracaju* apresenta uma hostilidade em relação aos frades franciscanos similar a utilizada

³⁶ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009. p. 257. Originalmente publicado em [1920].

³⁷ CORREIO DE ARACAJU. Em S. Christovam. Aracaju, ano II, n. 52, p. 2, 2 maio 1907, col. 3.

na descrição de Serafim Santiago.³⁸ Os religiosos são atacados e diferenciados do restante da população a partir de sua procedência. Eram os “estrangeiros franciscanos”. Aparentemente, tratava-se de um conflito entre as vítimas indefesas do catolicismo das camadas populares e os vilões poderosos com discurso reformador. Percebe-se uma aparente oposição entre a população local e os religiosos, supostamente apoiados apenas pelo “limitado número de mulheres”. Contudo, essa relação conflituosa mostra-se mais complexa do que aparenta ser. Apesar do silenciamento de Santiago, foi grande o número de moradores de São Cristóvão que defenderam e corroboraram com a atitude de Frei Niceto em fechar as irmandades e apropriar-se das alaias. Esse número se torna visível no abaixo-assinado em defesa dos frades alemães publicado no jornal *Folha de Sergipe*, também em maio de 1907. O abaixo-assinado afirmava o seguinte:

AO PÚBLICO

Os abaixo assinados, vem pela imprensa protestar contra as calúnias dirigidas as pessoas dos dignos Franciscanos, residentes nesta Cidade; recomendando ao anônimo do Correio de Aracaju, que procure informar-se de pessoas mais criteriosas desta terra, para puder se expor em seu artigo.

Fiquem cientes que fidalguia e bons sentimentos, existem nos referidos Franciscanos, não só no particular, como publicamente em benefícios físicos e morais dispensados aos habitantes desta pobre terra; e não nesse grupo de carolas, verdadeiros hipócritas que pretendem manchar a reputação de homens de caráter imaculados.

S. Cristóvão, 12 de Maio de 1907.³⁹

Esse documento em repúdio à nota publicada no *Correio de Aracaju* foi assinado exclusivamente por homens, ou seja, revela uma situação destoante da descrita por Santiago na qual apenas “um número limitado

³⁸ Poderíamos cogitar acerca da autoria do artigo anônimo publicado no *Correio de Aracaju*. Seria plausível pensar que Serafim Santiago, então residente em Aracaju, pudesse ter produzido a nota. Essa possibilidade se torna pouco plausível diante da crítica interna do texto. Primeiramente, pela escrita do nome do religioso identificado no Anuário como Aniceto e no jornal como Niceto. Segundo, e mais relevante, consiste na forma como o autor do texto jornal classificou a reação do povo de São Cristóvão “com protesto calorosos e revoltados”, além de “pegar em armas”. De acordo com o manuscrito de Santiago, o povo de São Cristóvão era “pacato e pacífico”. Outro ponto relevante é em relação à denominação dos objetos sagrados. Serafim Santiago na descrição presente no Anuário usa o termo “cabedal” e “alaias”, enquanto no jornal aparece “bens”. Apesar de ser pouco provável de Serafim Santiago ter sido o autor do texto, não há nada que contrarie a ideia dele ter sido o delator da situação para os editores do jornal. Nesse sentido, ele teria descrito o conflito e o texto teria sido escrito por editores do jornal, possivelmente João Menezes. A sua condição de informante e a sua postura crítica diante da atuação dos franciscanos e a defesa do patrimônio de sua terra natal, se torna mais legítima se levarmos em consideração que ele era membro da Irmandade do Amparo,

³⁹ FOLHA DE SERGIPE. Ao Público. Aracaju, ano XVII, n. 5, p. 3, 19 maio 1907, col. 3.

de mulheres” acompanhavam os frades. Ao todo, foram quarenta e uma assinaturas,⁴⁰ com nomes de elite, dos segmentos populares e até mesmo integrantes das antigas irmandades. A oposição à reforma devocional católica não foi unânime entre os moradores de São Cristóvão, nem tampouco entre os membros das irmandades. Homens como Horácio Pio Monteiro, secretário do Amparo; Joaquim José Pereira, tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, e Erundino do Prado, coronel, expressaram apoio ao Frei Niceto. Isso explicita como a compreensão dos conflitos entre clero e leigos deve levar em consideração o trânsito dos seus atores sociais, assim como as negociações entre os envolvidos na trama histórica.

No caso do comerciante Horácio Pio Monteiro, além de ter assinado o abaixo-assinado, ele também se manifestou favorável a entrega das alfaías pertencentes a Irmandade do Amparo ao frade franciscano. Para Borges, “aos 28 de abril daquele ano (1907), a Irmandade da Igreja do Amparo, pelo seu secretário Horácio Pio Monteiro e mais quatro irmãos (da Irmandade), declararam estarem prontos a obedecer às ordens do Arcebispo”.⁴¹ Essa postura do então secretário da irmandade dos pardos revela uma situação na qual os membros encontravam-se divididos em relação ao atendimento às determinações do arcebispado, fato que certamente tornou a associação mais vulnerável às ações reformistas. De acordo com o livro de tomo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, o tesoureiro do Amparo, Saturnino José de Amorim, teria alegado que se a irmandade “não mais existia, disseram eles, era o povo que devia tomar conta da Igreja e de seus bens”.⁴² Sobre essa situação, Raul Borges afirma:

Mas o tesoureiro, Saturnino José de Amorim, e mais quatro irmãos, se opuseram e não quiseram entregar a administração da dita igreja a Frei

⁴⁰ No abaixo-assinado constavam os seguintes nomes: João Ferreira de Macedo, Augusto Xavier d'Oliveira, Manoel Francisco Argollo, Pedro Joaquim de Santa Anna, Manoel Dias Carvalho, Galdino Francisco Chagas, Mariano Antônio Pereira, Sabino José da Anunciação, Manoel Baptista de Oliveira, Virgílio José de Lima, José Antônio dos Santos, Ângelo José de Souza, João Porfírio dos Santos, José Fernandes Barboza, Benício Aranha, Clarismundo Ferreira dos Santos, Clarismundo José dos Santos, Antônio Pedro Alexandrino, Antônio Miguel do Prado, Horácio Pio Monteiro, Ernesto Francklin da Silva, Agostinho José dos Santos, Francisco José Rufino, João Martinho dos Santos, Arestides Francklin da Silva, Sérgio Antônio Joaquim, Manoel Jorge da Guia, Pedro Pereira Mattos, Emygdio José da Cunha, Alexandre Antônio dos Santos, Velusiano de Santa Anna Vanique, Antônio Paulo de Lima, Manoel Paulo de Lima, Maximiliano Bispo dos Santos, José Clínio do Nascimento, Manoel Missias Álvares Pereira, Dionísio Paulo de Lima, Joaquim José Pereira, José Leandro de Vasconcellos, Fausto Francisco dos Santos, Erundino do Prado. Cf. FOLHA DE SERGIPE. Ao Público. *Folha de Sergipe*, Aracaju, ano XVII, n 5, p. 2, 19 maio 1907, col. 3.

⁴¹ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

⁴² PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de Tombo da Freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. n 1. São Cristóvão, 1907.

Niceto, nem seu patrimônio. Alegaram que, conforme determinação do Arcebispo, a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo estava extinta havia cinco anos, por ela ter deixado de fazer a eleição durante os últimos dez anos.⁴³

As querelas entre os dissidentes da Irmandade e os frades franciscanos revelam uma mudança de postura da Igreja Católica em relação aos leigos no período republicano. Respalado no decreto da liberdade religiosa e do fim da intervenção do Estado nos assuntos de igreja, o clero reformador pôde por em prática algumas das diretrizes defendidas pelo Concílio do Vaticano (1869-1870), sem a interferência do Estado imperial brasileiro.

Em Sergipe, os religiosos apresentaram uma postura mais radical frente os membros de irmandades e confrarias. O patrimônio religioso tornou-se alvo das disputas e a extinção das antigas associações passou a ser uma das principais estratégias na desarticulação dos leigos. Foi isso que ocorreu em São Cristóvão. Todavia, os religiosos não se limitaram a resolver os impasses por meio do diálogo ou das determinações da Cúria arquidiocesana. Eles também buscaram o apoio na elite política e na justiça sergipana. Na ótica de Santiago:

Convicto de que nada conseguiria, fez uma viagem ao Aracaju, e procurou um bom advogado para tratar da questão da retirada das alfaias das Igrejas, visto acharem-se extintas todas as confrarias e irmandades, segundo um ofício considerado por todos – gracioso que ele havia recebido – a seu pedido, do Senhor Arcebispo da Bahia. O advogado de Aracaju e o próprio Governador do estado vendo a sem razão do frade Franciscano, não aceitaram, a questão e louvaram o procedimento enérgico dos filhos da velha cidade.⁴⁴

No texto, permeado de ironia, o pensador da história sergipano elucida algumas ações de Frei Niceto na busca pela apreensão dos bens religiosos das antigas irmandades cristovenses. O frade teria atuado em duas frentes. Primeiro, por meio do diálogo com os irmãos das extintas associações de leigos. Um exemplo disso foi a tentativa de convencer Saturnino de Amorim, tesoureiro do Amparo, a entregar as alfaias (patrimônio religioso integrado de joias, ornamentos e objetos de culto) de sua irmandade de forma amistosa. Nas palavras de Santiago:

O frei Aniceto muitas vezes catequisou o velho Saturnino de Amorim, dizendo sempre: “entrega logo aquilo, tú já estás muito velho”. Respondia o

⁴³ BORGES, Pe. Raul Bomfim. *Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização*. São Cristóvão – Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008, p. 39.

⁴⁴ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 257-258. Originalmente publicado em [1920].

velho com sua inseparável exatidão: “não posso isto fazer Revm; fui eleito há muitos anos Tesoureiro, e recebi aquele cabedal por meio de um termo de inventário, e assim tenho grande responsabilidade”.⁴⁵

A segunda frente de atuação de Frei Niceto foi a judicial. Visando apropriar-se dos bens das irmandades extintas, ele teria buscado amparo jurídico ao contratar um “bom advogado de Aracaju”. O advogado escolhido pelo frade franciscano foi o mais afamado entre os sergipanos da época. Tratava-se de Gumersindo Bessa, jurista nascido na cidade de Estância e formado na Faculdade de Direito de Recife, tido como um dos principais nomes da chamada Escola do Recife. Nos idos de 1907, o jurista sergipano usufruía do prestígio e reconhecimento nacional, pois no ano anterior, por meio da imprensa carioca, ele tinha polemizado exaustivamente com Rui Barbosa acerca da Questão do Acre.⁴⁶

Tolhido do direito de apropriar-se dos bens da Igreja do Rosário, Frei Niceto também preocupou-se em divulgar a sua decisão de lutar judicialmente pelos bens das irmandades supressas, por meio de uma nota na imprensa sergipana. Com isso, justificava-se os novos caminhos trilhados pelo clero reformador na busca pela edificação de uma ordem no catolicismo. De acordo com a nota:

Freguesia de São Cristovão

Tendo sido suspensa por Portaria do Arcebispo Primaz do Brazil a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi nomeado o Pároco daquela freguesia administrador da igreja e do respectivo patrimônio. Acontece porém que os mesarios daquela Irmandade desobedecendo à ordem emanada da autoridade metropolitana recusaram-se entregar dita igreja e patrimônio ao administrador nomeado.

Persistem nessa atitude.

Tolhido de exercer sua autoridade eclesiástica, o administrador pretende arguir e defender seu direito perante os tribunais civis. Para esse fim tem se munido de documentos e tem consultados e aceitado os conselhos dos

⁴⁵ Ibidem, p. 258.

⁴⁶ No dia 31 de janeiro de 1906, Gumersindo Bessa publicou o “Memorial em Prol dos Acreanos Ameaçados de Confisco pelo Estado do Amazonas na Ação de Reivindicação do Território do Acre. Após essa publicação, Rui Barbosa usou do *Jornal do Comércio* para contestar os argumentos do sergipano. Com isso, até julho de 1906 Gumersindo Bessa publicou oito artigos defendendo os acreanos. Cf. ALVES, Flávia Lima e. O Tratado de Petrópolis: Interiorização do conflito de fronteiras. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 42, n. 166, p. 142. 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22127-22128-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2014. Foram publicados os seguintes textos: “Memorial em prol dos acrianos ameaçados de confisco pelo Estado do Amazonas na ação de reivindicação do território do Acre”. Aracaju, 1906, 14 págs. in. 8º p. Imprensa Moderna. Transcrito no *Jornal de Sergipe* de 26 de abril a 6 de maio e no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, de 13 de maio desse ano. “Em prol dos acrianos”: série de sete artigos publicados no *Jornal de Sergipe* de 23 de junho a 19 de julho de 1906 e transcritos no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 213.

competentes. O ilustrado Dr. Gumersindo Bessa ofereceu-lhe luminoso parecer do qual o Revm Paroco remeteu-nos copia fiel a fim de ser ele publicado. É o que fizemos. Na seção competente encontrarão nossos leitores o dito parecer. Da leitura do mesmo ficarão autorizados para melhor e seguro juízo sobre a questão de São Cristóvão.⁴⁷

A denominada “Questão de São Cristóvão”⁴⁸ revela alguns elementos que servem como lume para o entedimento do processo de reforma devocional católica no Brasil, como a necessidade do clero em reconstruir alianças, a resistência de determinados segmentos sociais com a defesa do patrimônio religioso e os usos da justiça para a resolução dos impasses com os defensores do catolicismo de irmandade. Percebe-se, como tais ações reformistas desarticularam as práticas devocionais geralmente conduzidas por homens leigos integrantes de confrarias, irmandades e ordens terceiras, com a gradativa substituição por novos movimentos religiosos constituídos por mulheres e dirigidos pelos párocos.⁴⁹ No campo devocional, o Cristo sofredor e os santos populares perdiam espaço para a edificação de templos e capelas voltadas para o Cristo glorioso,⁵⁰ para às virgens das aparições na Europa e,⁵¹ com maior amplitude, para a Eucaristia. A Questão de São Cristóvão delineou a confluência dos tempos. Delineou a eclosão das rivalidades entre dois modos de devoção.

Ao contrário da afirmativa de Serafim Santiago, Gumersindo Bessa acatou a causa dos frades alemães e, respaldado na nova legislação acerca das questões religiosas, produziu um parecer no qual alegava a procedência do clero em reinvidicar a administração dos bens da Igreja do Rosário, inclusive por vias da justiça civil. Gumersindo Bessa alegou o seguinte:

Pergunta-me o administrador nomeado se o poder judiciário pode compelir a mesa da Irmandade suspensa a lhe fazer entrega dos bens dela, se não a fizer em boa paz.

Respondo que sim. É o que me auctoriza a responder o direito novo instituído pelo Decreto 119 A de 7 de janeiro de 1890 e na jurisprudência do Supremo Tribunal, uniforme e fixada nos acordãos de 20 de Março de 1895 e 13 de Fevereiro de 1897.

⁴⁷ FOLHA DE SERGIPE. Freguezia de S. Christovão, *Folha de Sergipe*, Aracaju, ano XVII, n, 5, p. 2, 19 maio 1907, col. 3.

⁴⁸ Forma pela qual o conflito foi denominado na imprensa local.

⁴⁹ Era o caso da Pia União Filhas de Maria, do Apostolado da Oração e da Legião de Maria.

⁵⁰ Especialmente o Sagrado Coração de Jesus e o Cristo Rei.

⁵¹ Destacam-se como principais aparições de 1830 (Paris, França), 1846 (La Salette, França), 1858 (Lourdes, França) e 1917 (Fátima, Portugal). No início do século foram difundidas novas devoções marianas no Brasil, entre as quais Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de La Salette.

Esses julgados decidem que “uma Igreja, uma vez sagrada ou benta, se reputa dedicada ao culto, e como tal deve ser guardada e administrada pelo Bispo diocesano e fundados nesse princípio incontestado de Direito canônico, resolveram os pleitos onde foram proferidos em favor dos Prelados que vieram a juízo pedir o apoio do Poder Público para uma das suas prerrogativas desrespeitadas”.⁵²

De acordo com a avaliação do jurista, o frade franciscano, na condição de administrador e legítimo representante da Igreja Católica, detinha a prerrogativa de gerir o patrimônio religioso e os templos católicos. Ele alega que o Decreto de 7 de janeiro impõe “as justiças do País o dever de garantir as imunidades dos chefes do culto católico”.⁵³ A proteção do poder público estava voltada ao clero. Os membros das irmandades perdiam espaço social e o controle de seus templos. Bessa conclui o parecer com o argumento sobre o dever do Estado em proteger a Igreja católica e fazer cumprir as determinações do clero:

Assim, e sem embargo dos preceitos constitucionais que proibem o favorecer qualquer culto, as associações religiosas do culto católico gozam de uma situação não privilegiada, mais diferente da dos outros cultos: porque não há nenhuma outra confissão no País de organização igual à católica. Protegê-las em juízo não *favorecê-las*, é dar-lhes o que é seu, é fazer-lhes justiça, é cumprir a própria lei do Estado, que prometeu respeitar o *seu credo e disciplina*.

Isto pressuposto, sou de parecer que o atual Paroco de São Cristóvão tem capacidade legal para administrar os bens da Irmandade do Rosário, e neste caráter pode idoneamente propor ação contra quem quer que seja para entrar na posse do patrimônio da mesma irmandade.

E o poder judiciário não pode, sem faltar à sua missão, deixar de ouvi-lo e dar-lhe deferimento.

É o que penso.

Aracaju, 16 de Maio de 1907

Gumersindo Bessa.⁵⁴ (Grifos originais)

O Frei Niceto com o parecer favorável do mais afamado jurista sergipano conseguiu a vitória no âmbito da justiça. Todavia, no cotidiano da cidade, a “Questão de São Cristóvão” ainda estava distante de seu final. As querelas entre religiosos e irmãos atravessaram o tempo e as barreiras das irmandades extintas. De acordo com o livro de tomo da Paróquia Nossa Senhora da Vitória,⁵⁵ ainda em 1907, o frade foi substituído no cargo de vigário por outro religioso alemão, Frei Joaquim

⁵² BESSA, Gumersindo. Parecer. *Folha de Sergipe*, Aracaju, ano XVII, n. 5, p. 3, 19 maio 1907, col. 3.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ BESSA, Gumersindo. Parecer. *Folha de Sergipe*, Aracaju, ano XVII, n. 5, p. 3, 19 maio 1907, col. 3.

⁵⁵ PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. *Livro de tomo da freguesia Nossa Senhora da Vitória (1897-1976)*. n 1. São Cristóvão, 1907.

Benke. No paróquiato de Benke, o problema do estopim da “Questão de São Cristóvão” teve o seu desfecho, pois no dia 11 de agosto do mesmo ano, os membros da antiga Irmandade do Amparo entregaram as suas alfaías ao vigário e submeteram-se às ordens do Arcebispo.

Contudo, novas querelas emergiam e a relação entre os religiosos e os defensores do catolicismo de irmandade tornava-se ainda mais tensa, intolerante e conflituosa. As ações do clero na cidade, muitas vezes, eram vistas por parte da população como provocações. Para Santiago eram “as ciladas dos franciscanos alemães”. Nos burburinhos do catolicismo na primeira capital de Sergipe percebia-se uma divisão dos devotos, com uma parte afastando-se do clero, com reivindicações voltadas para a defesa da tradição, dos oragos das irmandades, das “coisas sagradas do povo de São Cristóvão”. A outra parte aproximava-se gradativamente dos religiosos, por meio da acatuação das determinações dos frades, submissão às novas diretrizes articuladas entre a Arquidiocese da Bahia e a Paróquia da Vitória, enfim, com a negociação em busca de melhores posicionamentos na edificação da nova hierarquia religiosa.

Entender as escolhas e os posicionamentos dos atores sociais de São Cristóvão no limiar do processo de reforma devocional católica não é tarefa fácil. A população local muitas vezes aparenta ser volúvel, com a oscilação entre momentos de oposição drástica e momentos de apoio incondicional. Até mesmo atores manifestantes de sua inconformidade com os direcionamentos da Igreja decorrentes da atuação dos frades é perceptível mudanças de posicionamentos a depender dos assuntos tratados.

Esse foi o caso de Serafim Santiago. No paróquiato de Frei Joaquim Benke (1907-1912), o pensador da história⁵⁶ por vezes mostrou-se arredo e opositor ao religioso e em outros momentos revelou-se como aliado e homem de confiança dos franciscanos. Como explicar essa mudança radical de postura? É difícil atribuir uma resposta definitiva, mas o confronto das fontes acerca do afastamento crítico e das alianças tecidas apontam para uma única motivação: o patrimônio religioso de São Cristóvão. Quando os franciscanos preocuparam-se em restaurar o seu convento, nos idos de 1903, ou reformar a imponente Matriz Nossa Senhora da Vitória, Serafim Santiago mostrou-se entusiasta da conduta salvadora do clero. Os frades alemães eram tratados pelo pensador da história como “dignos imitadores de São Francisco”, “o muito digno e educado” ou “o bom e benfazejo sacerdote”.⁵⁷ As reformas da matriz empreendidas por Frei

⁵⁶ Sobre a atuação de intelectuais na escrita da história na primeira metade do século XX pode ser consultado: GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultura do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁵⁷ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 258. Originalmente publicado em [1920].

Joaquim Benke, em 1910, e por Frei José Pohlmann, em 1917, revelaram o entusiasmo do pensador da história em relação aos frades. Todavia, quando os mesmos religiosos tentaram destituir-se dos bens da cidade, a postura do mesmo intelectual transformou-se radicalmente, criticando o que denominou de “ciladas”.⁵⁸

A nova querela entre os franciscanos alemães e os leigos defensores de irmandades e também do “patrimônio religioso” de São Cristóvão ocorreu em decorrência da articulação entre Frei Joaquim Benke, vigário da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, e o Monsenhor Raymundo, vigário geral de Sergipe. De acordo com Serafim Santiago, essa teria sido a segunda cilada dos frades alemães:

Quando os frades Franciscanos mandaram o grande sino rachado da Igreja de São Francisco para ser fundido na Alemanha, e de lá vir outro para substituí-lo, como justamente aconteceu, neste período de tempo, isto é, entre a ida do velho e a chegada do novo, eles mandaram buscar o da Igreja dos barbadinhos para funcionar na torre da igreja de seu convento. Na vigaria de Frei Joaquim Benz, este religioso, querendo talvez experimentar a força e a coragem do pacífico povo cristovense, mesmo senhor do que se havia dado com seu antecessor, Frei Aniceto, quando tentou arrecadar as alfaias de todas as igrejas de São Cristóvão, publicou uma ordem do Monsenhor Raymundo, Vigário Geral, mandando entregar o referido sino da igreja dos Capuchinhos ainda no convento de São Francisco à um carreiro para o conduzi-lo para o Aracaju, e daí para uma Igreja na Explanada.⁵⁹

As querelas entre franciscanos (únicos religiosos presentes na cidade no alvorecer do século XX) e parte da população de São Cristóvão eram motivadas por questões dos bens materiais: alfaias de irmandades, sinos das igrejas, chaves dos templos. Contudo, esses elementos apresentavam uma grande relevância para os cristovenses, levando-se em consideração o fato da cidade ser apresentada como um símbolo do passado, condenada a desaparecer, a face obscura da decadência do antigo regime imperial em terras sergipanas. Lutar pela permanência de tais bens na cidade era um ato de resistência à política de desarticulação das irmandades e da própria cidade empreendida pelo clero local da época. A experiência social dos moradores da cidade revelavam os atos de luta pela manutenção dos bens religiosos, vistos como bens do povo, da própria cidade. Diante disso, a população tida como “pacífica” e “pacata”, empreendia cenas cômicas em prol da defesa do patrimônio.

Os corajosos cristovenses, não sabemos por quem avisados, esperaram a triste retirada do sino. O Frei Joaquim pela segunda vez, publicou para fazer

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ SANTIAGO, Serafim. Igreja do Amparo. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2009, p. 258. Originalmente publicado em [1920].

ciente ao pacato povo, que o dia tal às 5 horas da tarde tinha que entregar ao carreiro o sino em questão. No dia por ele marcado, os homens reuniram-se na praça de São Francisco para assistir a entrega do mencionado sino. Quando o pobre carreiro recebeu e acomodou o sino e tratou de tanger a vara nos bois, mal chegava em frente a porta da Igreja Misericórdia, avançaram para o carro e tiraram o sino e conduziram, repicando festivamente, sua completa vitória, até a Igreja do Rosario, onde o deixaram depositado. Correndo a notícia no Aracaju, e chegando ao conhecimento do Monsenhor Raymundo, este ficou incomodado e foi à redação dizer que tal ordem não havia dado ao Frei Joaquim. Foi o que constou. Quando sucedeu o grande e lastimável desastre, ter o tal Armando Pitanga quebrado o sónoro e bom sino da Matriz, o Frei José Guardião de São Francisco e Vigário da Freguesia, quando terminou o concerto das torres da Matriz, combinou com o povo e mandou colocar o sino da Igreja dos Capuchinhos, que atualmente está servindo na Matriz.⁶⁰

Na cidade do passado, nos anos nascedouros do século XX, obter o direito de permanecer com um sino era sinônimo de “completa vitória”, o êxito da luta dos grupos populares pela garantia de sua memória afetiva, maculada pelas cores de suas manifestações culturais, pelos cheiros dos incensos das solenes procissões, pelos ruídos dos sinos do alto das torres de suas igrejas. Esse conjunto de sentidos evocavam memórias dos tempos de capital e forjavam esperanças de dias melhores. O repicar do sino nas mãos do povo cristovense anunciava a vitória de uma batalha mnemônica e, concomitantemente, revelava novos capítulos na seara da reforma devocional em Sergipe. Na questão do sino, as camadas populares da cidade mostraram-se exitosas e o frade que tornou-se novo vigário negociou com a população o destino melhor apropriado. Mas novos conflitos emergiriam.

Os ânimos, momentaneamente eram apaziguados e alguns representantes das antigas irmandades aproximaram-se dos franciscanos, como foi o caso de Horácio Pio Monteiro e Joaquim Pereira Lobo. Com a extinção das antigas associações de leigos, os frades alemães tinham a oportunidade de recompor o cenário católico da cidade, com a criação de novas associações e a reestruturação de outras, inclusive a Ordem Terceira do Carmo.

Como já foi visto anteriormente, no início do século XX, a Ordem Terceira do Carmo encontrava-se em situação delicada, pois possuía apenas dois irmãos professores associados. Sem contar com a presença dos frades carmelitas, que tinham abandonado o convento no terceiro quartel do século XIX, o futuro da associação de leigos estava destinada a inevitável extinção. Contudo, paradoxalmente, os frades franciscanos não buscaram extinguir a Ordem dos terceiros carmelitas. Pelo contrário, passaram a professar novos membros, sendo muitos deles os aliados na

⁶⁰ Ibidem, p. 259.

“Questão de São Cristóvão”. Seria essa uma ação de recompensar o apoio obtido no momento de maior tensão? Possivelmente sim. O alvorecer do século XX demarcou a emergência dos novos terceiros carmelitanos no cenário religioso de São Cristóvão. Bem como, o nascedouro de uma nova zona de tensão do catolicismo sergipano. A romaria do Senhor dos Passos passaria a ser alvo das disputas entre leigos e franciscanos. Os decênios subsequentes do século XX passariam a revelar as frestas dos conflitos, por vezes intermediadas pelo bispado de Sergipe.

Diante desse quadro, percebe-se o quanto foi importante esse primeiro momento do processo de reforma devocional católica em Sergipe. Apesar de ter sido cronologicamente breve, essa fase pode ser vista como um preâmbulo para as reformas que ocorreriam posteriormente, pois estruturou o clero local, aproximou religiosos estrangeiros dos centros de romarias mais populares existentes no estado e, principalmente, excluiu as antigas irmandades e confrarias controladas por leigos. Se as reformas devocionais empreendidas, na segunda metade do século XIX, em Sergipe podem ser vistas como um momento delineado pelo diálogo e trânsito dos atores sociais entre os diferentes modos de ser devoto; no início do século XX, percebe-se um confronto direto entre o catolicismo de irmandade e o catolicismo renovado de Eucaristia. Foi uma transição entre dois modos do clero sergipano atuar perante à religiosidade das camadas populares. Foi também a oportunidade para alguns homens cristovenses integrantes das irmandades transitarem para o catolicismo eivado de renovação, sob a batuta dos religiosos franciscanos. Eles trilharam um caminho aparentemente sem volta, mas permeado de surpresas.

Recebido em: 07 de março de 2017.

Aceito em: 26 de junho de 2017.